



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

## PARECER

(em conjunto)

### COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

**Matéria:** Projeto de Lei do Poder Executivo nº 65/2019.

**Data:** 10 de setembro de 2019.

**Autoria:** Poder Executivo.

**Súmula:** "DISPÕE SOBRE A PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR MUNICIPAL E ORGANIZAÇÃO AVALIATIVA PARA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PÚBLICAS MUNICIPAL NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 9.341/1996 E LEI FEDERAL Nº 13.004/2014, LEI ESTADUAL Nº 18.492/2015 E RESOLUÇÕES NACIONAIS CNE/CP Nº 02/2017, Nº 05/2009, Nº 04/2010 E Nº 07/2010, CONFORME ESPECIFICA."

### Relatório

O Poder Executivo encaminhou a esta Casa por meio do Ofício nº 89/19, o Projeto de Lei do Executivo nº 65/2019, que "DISPÕE SOBRE A PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR MUNICIPAL E ORGANIZAÇÃO AVALIATIVA PARA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PÚBLICAS MUNICIPAL NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 9.341/1996 E LEI FEDERAL Nº 13.004/2014, LEI ESTADUAL Nº 18.492/2015 E RESOLUÇÕES NACIONAIS CNE/CP Nº 02/2017, Nº 05/2009, Nº 04/2010 E Nº 07/2010, CONFORME ESPECIFICA" que trata da proposta pedagógica do Município.

Em sua justificativa, o Poder Executivo fundamenta que o objetivo da proposta é aprovar a Base Nacional Comum Curricular – BCC homologado pelo Ministério da Saúde em 2017 que definiu o conjunto de aprendizagens essenciais às crianças incluídas na Educação Básica.



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

O Projeto de Lei encontra-se nas Comissões, em atendimento às normas regimentais que disciplinam sua tramitação, estando, portanto, sob a responsabilidade desta Relatoria, para que seja exarado o parecer sobre sua legalidade e constitucionalidade.

É o sucinto relatório.

## 1. Parecer

A matéria é de competência das comissões para elaboração do referido parecer, nos termos do artigo 42 e seguintes do Regimento Interno, da Câmara de Vereadores.

Assim, a iniciativa do projeto de lei está de acordo com a legislação vigente, principalmente para atender os termos da Lei Federal nº 9341/1996 e Lei nº 13.004/2014, Lei Estadual nº 18.492/2015 e Resoluções Nacionais CNE 02/17, nº 05/09, nº 04/10 e 07/10.

Desta forma, a competência é privativa do Poder Executivo, conforme o artigo 67 da Lei Orgânica para tratar de proposta pedagógica curricular Municipal.

Por fim, a proposição apresenta boa técnica legislativa, nos moldes do que recomenda a Lei Complementar n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998, alterada pela Lei Complementar n.º 107, de 26 de abril de 2001.

Logo, a matéria está apta para ser inserida no ordenamento jurídico Municipal.

## 2. Voto

Em face o exposto, não havendo nenhum impedimento regimental para sua tramitação nesta Casa Legislativa opina-se por parecer FAVORÁVEL ao Projeto do Executivo 65/2019.



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

## **RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO**

### **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO e COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

As Comissões, em reunião realizada no dia 10 de setembro de 2019, aprovou o parecer do Relator FAVORÁVEL ao Projeto nº 65/2019, no âmbito destas Comissões.

Sala das Comissões, 10 de setembro 2019.

#### **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

  
**ELISABETE DAMACENO**  
Presidente

  
**GIOVANI MARCON**  
Relator

  
**BENTO VIDAL**  
Membro

#### **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

  
**ANTÔNIO GONÇALVES FERREIRA**  
Presidente

  
**ROSICLEA OLIVEIRA**  
Relator

  
**ELISABETE DAMACENO**  
Membro